

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 24 DE AGOSTO DE 1999, NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, PILOTIS.

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de mil, novecentos e noventa e nove, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:55 horas, a presidente do CMS, Anadil Benedita Ruhnau, inicia explicando que a reunião foi convocada extraordinariamente por 1/3 dos conselheiros junto com a Mesa Diretora de acordo com o Regimento Interno do CMS/BH, faz a leitura de pauta: Discussão e aprovação das atas dos meses de Janeiro a Julho de 1999, explica o ponto de pauta da reunião é dar encaminhamento da leitura e votação das atas anteriores, porque estamos preocupados com esta inatividade nossa no CMS, por estarmos de braços cruzados, quer dizer, não estamos de braços cruzados mas esses problemas que estão acontecendo estão levando as coisas ficarem acumuladas e não estamos decidindo, temos que tomar posição e começar a discutir para desenrolar este meio de campo que está embolado, em seguida passa aos informes. O conselheiro José Bonifácio entregou um ofício avisando a Mesa Diretora da sua entrega de cargo de conselheiro ao SINDIFES. A conselheira Sônia Santos informa sobre a Conferência Distrital de Saúde Nordeste, que ocorreu no dia 21/08/99, tiveram alguns problemas na sua organização, encaminhamentos e palestras. A conselheira Leda informou também sobre a Conferência Distrital de Saúde Nordeste e critica também a falta de informação da realização da Conferência aos conselhos locais de saúde por parte do Distrito Sanitário. As conselheiras Sônia e Leda falaram que a Conferência na parte da manhã teve seu trabalho um pouco prejudicados, porque o Secretário Marílio iria só abrir a Conferência e a pedido da diretora do distrito ele ficou a manhã toda falando e respondendo aos questionamentos dos conferencistas. O conselheiro João Athayde informa sobre o Centro de Saúde Ermelinda, o processo eleitoral da Comissão Local de Saúde do Centro de Saúde Ermelinda, onde a Comissão Local e CDNO pede a suspensão do processo eleitoral da Comissão Local, disse que a presidente da Comissão Local está enviando para o CMS uma carta esclarecendo o pedido de suspensão do processo eleitoral e seus motivos, sugere que a partir dessa informação o Conselho se posicione em relação ao fato, informou que numa reunião na Câmara Municipal, onde se discute o Projeto do Vereador Geraldo Félix que propõe que as unidades de saúde de BH atendam seus usuários em trinta minutos a partir da sua chegada na unidade, pediu ao Vereador para enviar este Projeto para o Conselho, para que a CTCA discuta o assunto. A conselheira Sônia informa que o Vereador está chamando a comunidade para discutir na Câmara a questão do atendimento nos Hospitais e nos Centros de Saúde de BH. A presidente Anadil informa sobre a realização da Conferência Distrital de Saúde Oeste, realizada nos dias 20 e 21/08/99, foi uma Conferência tranquila e com boa participação. A conselheira Janine informa sobre a realização da Conferência Distrital de Saúde Norte, será realizada em setembro e que os temas vão girar em torno de BH-Saúde e OP Cidade. O conselheiro Silvio, complementa as informações da presidente Anadil, sobre a Conferência Distrital de Saúde Oeste, dizendo que os temas também eram BH-Saúde, OP Cidade, Modelo Assistencial e Controle Social. O conselheiro Júlio César informa que a Conferência Distrital de Saúde Leste está marcada para o dias 08 e 09/10/99 de 18:00 às 22:00 horas, o tema será Modelo Assistencial, elogiou a convocação desta reunião, que o CMS não pode parar e avançar mesmo nas opiniões divergentes. O secretário geral Paulo Roberto Carvalho propõe que os conselheiros Maria Josefina e Evaristo Garcia dêem informes sobre as conferências distritais de suas regiões. A conselheira Gislene informa que a Conferência Distrital de Saúde Venda Nova será realizada nos dias 27 e 28/08/99 no GETECO, temas: Plano Municipal de Saúde, OP Cidade e BH-Saúde. O Conselheiro Evaristo Garcia complementa os informes da conselheira Gislene sobre a Conferência, colocando que o tema Financiamento também será discutido na Conferência, informou também que nos dias 10 e 11/09/99 será realizado a III Conferência Municipal de Assistência Social de BH. O secretário geral Paulo Roberto Carvalho informa sobre a reunião na Câmara com os Vereadores Paulão e Jô sobre os Conselhos de BH que não são amarrados por Lei a questão do caráter deliberativo, dizendo que a maioria dos vereadores querem acabar com os poderes deliberativos dos Conselhos e que 50% dos Conselhos ficam para a Câmara, sugere que o Conselho se posicione sobre esta questão e se faça um documento contra essa decisão da maioria dos vereadores, convida os conselheiros para participarem da III Conferência Municipal de Assistência Social. A presidente Anadil informa que o CMS terá a participação de dois membros representantes do CMS na III Conferência Municipal de Assistência Social. O conselheiro Antônio Carlos, sugere que os conselheiros Paulo Roberto Carvalho e Evaristo Garcia sejam os representantes do CMS na III Conferência, informa também sobre a realização da Conferência Distrital Nordeste, critica a organização por parte do Distrito Sanitário. O conselheiro Antônio Gomes faz comentários sobre a fala do conselheiro João Athayde a respeito do Projeto de Lei do Vereador Geraldo Félix. A conselheira Nadir informou sobre a Conferência Distrital de Saúde Norte, será nos dias 09 e 10/09/99. A conselheira Maria Josefina informa que a Conferência Distrital de Saúde Pampulha será nos dias 10 e 11/09/99, na UFMG, informou sobre a atual realidade do funcionamento das Comissões Locais de Saúde Pampulha, questiona a verba para a realização da Conferência. A presidente Anadil passa para o segundo ponto de pauta que são as atas do CMS/BH, informa que a reunião com este ponto de pauta é em função do Ofício Circular/SUS/SES/MG/SCAS/DAA/Nº 001/99 da Secretaria do Estado, pedindo vários documentos do CMS/BH, para avaliação da Gestão Plena do Fundo Municipal de Saúde – SMSA/BH. A conselheira Fátima propõe que todas as atas sejam lidas. O participante do SINDSAÚDE, Durval informa sobre a denúncia do Conselho e as entidades ao Ministério Público, dizendo que o prefeito e o secretário deram respostas a denúncia, que o Promotor nos próximos dias enviará a este Conselho a resposta da PBH/SMSA sobre a denúncia, dizendo que o Conselho tem que analisar e mandar análise para o Ministério Público e assim o MP através do seu promotor poderá abrir inquérito civil público ou não. A conselheira Dalva pergunta ao participante Durval se a análise do CMS pode ser enviada individualmente. O participante Durval responde que via de regras ela é encaminhada por quem responde oficialmente pela entidade, é colocar que é um documento público para conhecimento de todos, pode se pedir ao promotor que abra a

análise para todos os conselheiros individualmente, talvez possa, ele não soube dizer. A participante e ex secretária Simone Dutra, coloca-se que se há divergências ao encaminhamento da eleição da mesa, e tem uma mesa por exemplo, dirigindo

74 esta plenária, me parece que se tem a clareza de que documentos que estão em nome da mesa que terminou a gestão, os
75 documentos tem que vir para este plenário e para mesa que oficialmente dirige os trabalhos do Conselho. A conselheira
76 Sônia de Santos, pede a retomada do assunto pautado, inclusive com um encaminhamento feita pela conselheira estadual
77 Fátima Regina. A conselheira estadual Fátima, coloca que o plenário tem que se pronunciar sobre as atas já prontas e as que
78 não estão. Coloca que devemos resolver a questão das atas e depois discutir a questão da
79 promotoria. Durval esclarece que está só trazendo as informações sobre a denúncia do CMS ao Ministério Público. A
80 presidente Anadil, encaminha a questão das atas. O conselheiro Antônio Carlos propõe uma outra reunião para se discutir a
81 questão das atas. O secretário geral Paulo Roberto Venâncio, argumenta que esta reunião já foi convocada para essa
82 questão. A conselheira Rosalina Fernandes coloca que tem duas questões a resolver também, talvez até antes de ler primeiro
83 são as atas que estão faltando como a auditoria quer as atas de janeiro a julho de 1999 temos atas em processo de digitação
84 duas e três que não estão em processo em digitação, então são cinco as atas que não estão disponíveis, o plenário tem
85 definir como vão ficar e a outra questão sobre as atas, muito sérias que a gente também tem observar, no Ofício da auditoria
86 , quando diz, no item 5, cópias dos planos municipais de saúde do ano de 1998 e 1999, cópias das atas que o aprovaram o
87 Plano Municipal de Saúde e a SMSA. O conselheiro Paulo tenta encaminhar. A conselheira Maria Josefina, informa que a
88 Tatiana disse que a SMSA pediu mais um mês a auditoria para entregar as atas. O conselheiro José Osvaldo da Secretaria
89 Executiva, informa que além das informações recebidas por vocês a respeito das atas, nós ainda temos as atas de novembro
90 e dezembro de 1998 para digitar e as atas aprovadas pelo Conselho, a última aprovada, foi de 03/09/98 e outubro de 1998,
91 para cá não foram aprovados nenhuma ata, por vários motivos, que no meu entender, se aprovar uma ata e não aprovar as
92 anteriores fica complicado, e nós da Secretaria Executiva, estamos pedindo um prazo de trinta dias para acabar de
93 transcrever e digitar as atas. A conselheira Rosseli propõe que se aguarde o restante das atas para votarmos todas
94 integralmente, mesmo porque nós temos que ler as atas com mais atenção para podermos aprovar. O conselheiro Antônio
95 Gomes, acha que e um prazo prolongado, e solicita requisição de funcionários para digitação das atas. A conselheira
96 estadual de saúde Fátima, propõe que se não aprovadas as atas hoje, temos que fazer um documento colocando os motivos
97 porque não aprovamos as atas. O plenário não tinha em mãos as atas para serem votadas, propõe não colocar o prazo, este
98 documento serem encaminhados aos auditores com a cópia de lista de presenças e xerox dos telegramas enviados aos
99 conselheiros, convocando para esta reunião, propõe que o documento seja bem feito. A conselheira Leda propõe que as atas
100 que ficarem prontas sejam enviadas pela Secretaria Executiva aos conselheiros. O secretário geral Paulo Roberto Venâncio,
101 perguntou o plenário se todos os conselheiros estavam de acordo com a proposta da conselheira estadual Fátima, a proposta
102 foi aprovada com adendo do secretário geral, de que o CMS enviaria um documento a SMSA pedindo estrutura para que
103 solucionasse o problema de transcrição e digitação da atas, ficou definido enviar um documento à auditoria explicando as
104 razões da não aprovação das atas, e a nossa dificuldade em estar atendendo o pedido dos mesmos e o documento à SMSA
105 pedindo infra estrutura para a Secretaria Executiva do CMS para colocar em dias as atas do CMS/BH. O secretário geral
106 Paulo Roberto Venâncio propõe enviar um documento à Câmara Municipal de repúdio à ação do Legislativo Municipal em
107 relação à tentativa de tirar o caráter deliberativos dos Conselhos Municipais de BH e alterar as composições dos mesmos. O
108 conselheiro Garcia lembra que a Lei Federal já determina que o CMS/BH seja deliberativo. A conselheira Sônia informa
109 que o gabinete da SMSA quer discutir com a Comissão Organizadora da VI Conferência a questão de recursos financeiros
110 para a realização da Conferência, propõe que alguém da mesa fosse no gabinete discutir essa questão. Em seguida o
111 secretário geral pergunta se é consenso enviar o documento à Câmara referente aos Conselhos Municipais de BH, foi
112 aprovado o envio do documento, em seguida encaminha o pedido do Conselho Municipal de Assistência Social para
113 indicação de dois representantes do CMS para representar o Conselho na III Conferência Municipal de Assistência Social,
114 informa que ele já é conselheiro da Assistência Social, e membro nato da Conferência. Foram indicados os conselheiros
115 Antônio Gomes e Evaristo Garcia para participarem da III Conferência Municipal da Assistência Social, nos dias 10 e
116 11/09/99. O secretário geral passa informes da Conferência da Cidade. Em seguida membros integrantes da Comissão
117 Organizadora da VI Conferência, vai ao gabinete do Secretário para discussão sobre o orçamento da VI Conferência
118 Municipal de Saúde. A conselheira Maria Josefina lê o documento para ser enviado ao Ministério Público Estadual “ Ao
119 Ministério Público Estadual, Promotoria de Defesa dos Direitos do Cidadão, Senhor Promotor, O CMS/BH, constituído na
120 forma da Lei Federal 8142 de 23/12/90 e criado através da Lei Municipal 5903 de 03/06/91, alterada pela Lei 7536 de
121 19/06/98 anexas, delibera sobre o que dispõe o artigo segundo da última, além disso desenvolve diversas outras atividades
122 estabelecidas no Regimento Interno e relacionadas a suas atribuições tais como: aprovar recomendações e moções, apurar
123 denúncias, solicitar e acompanhar diligências, promover seminários e debates, eleger representantes e delegados a plenária
124 de conselhos ou outros eventos dos quais participe, para sua organização interna, o CMS elege anualmente uma Mesa
125 Diretora composta por quatro conselheiros, no dia 01/07/99. O plenário do CMS reúne-se para eleger a Mesa Diretora
126 conforme determina o Artigo 26 do Regimento Interno anexo, forma apresentados três propostas de composição da mesa,
127 no sentido de contemplar os diversos segmentos representados e garantir a paridade aprovadas pelo plenário embora não
128 fosse exigência legal, foi aprovada a composição com dois representantes dos usuários, um representante dos trabalhadores
129 e um do governo ou prestadores, entretanto os dois últimos recusaram se a participar da Mesa, deixando um cargo vago que
130 por definição do plenário foi preenchido com a eleição de outro representante dos trabalhadores, ficando a Mesa Diretora
131 composta por dois usuários e dois trabalhadores da Saúde, dias após a conclusão desse processo, sobre alegação que a Mesa
132 eleita não havia sido homologado pelo Prefeito, a SMSA negou-se a reconhecer a nova Mesa Diretora do CMS, chegando o
133 Secretário Marilio Malagutti, ao acúmulo do autoritarismo proibir os funcionários da Secretaria Executiva do CMS
134 subordinados à Mesa, conforme Artigo 30 do Regimento de encaminhar qualquer decisão da Mesa Diretora legitimamente
135 eleita e cumprir suas determinações, também

136
137
138
139
140
141
142
143
144 impediram o auditório da SMSA para a posse da Mesa Diretora, é necessário esclarecer que em oito anos de existência do
145 CMS pela primeira vez, equivocadamente foi solicitada a Homologação do Prefeito através da Resolução e Ofícios anexos,

146 acrescente-se que a eleição da Mesa Diretora é atividade interna do Conselho, sem nenhuma relação com a política de saúde
147 do município e portanto não é passível de homologação pelo prefeito, convém observar que mesmo a homologação fosse
148 necessária, o prefeito teria pelo Artigo 51 do Regimento prazo de 15 dias, esgotado a mais de um mês, a partir da
149 intromissão indevida arbitrária e ilegal do Secretário, foi criado o impasse que ameaça seriamente o Controle Social do SUS
150 em BH, inviabilizando o funcionamento normal do Conselho que depende dos encaminhamentos determinados pela Mesa
151 Diretora à Secretaria Executiva, estranhamente mesmo sabendo que a eleição da Mesa Diretora não é objeto de
152 homologação, o Prefeito manteve em silêncio, omitindo-se mas de forma implícita apoiando a intervenção do Secretário no
153 CMS, entendendo que o CMS de BH está sobre grave e inaceitável intervenção do Secretário Municipal de Saúde,
154 solicitamos que essa promotória, aprecie e acate a presente denúncia em defesa da legalidade e preservação do Controle
155 Social do SUS de BH, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos. Atenciosamente, abaixo várias
156 assinaturas.” após a leitura o conselheiro Antônio Carlos propõe que junto à este documento fosse enviado as fitas da
157 reunião que elegeram a nova Mesa Diretora. A presidente Anadil, fala que o documento lido está à disposição para aqueles
158 conselheiros que quiserem assinar, dizendo que muitos já haviam assinado. O conselheiro Evaristo Garcia, coloca que no
159 documento não devia constar o Secretário e sim o Prefeito, porque o Prefeito é autoridade máxima se não fica parecendo
160 uma briga pessoal contra o Secretário. O conselheiro Antônio Carlos fala que na Conferência Distrital Nordeste, o
161 Secretário falou que nem ele e nem o prefeito aceitaram essa Mesa Diretora. A conselheira Rosalina esclarece ao
162 conselheiro Garcia que o Secretário enquanto ocupante de um cargo de confiança do Prefeito, ele é governo, não adianta
163 ficarmos só brigando com o Prefeito e dizer que o Secretário não tem responsabilidade, se ele não assume as suas
164 responsabilidades em ser um representante do Prefeito, então ele que saia, mas enquanto ele for Secretário e agir em nome
165 do governo ou mesmo que não seja em nome do governo, a relação do Conselho é com a SMSA e ele é o Secretário,
166 representante legítimo do governo porque ele tem um cargo de Secretário de Governo, governo não é só o prefeito,
167 governo são os secretários também e o Secretário Municipal de Saúde é ele, então temos que falar dele e do Prefeito
168 também. O conselheiro Evaristo Garcia disse que quando foi realizado a Conferência, referindo-se à Plenária Municipal de
169 Saúde, realizada em Maio de 1998, o Prefeito Célio de Castro disse que tem dinheiro à vontade, o dinheiro é muito, tem
170 mais de oito mil funcionários, quase nove mil funcionários e não tem serviços de saúde, porque então o Dr. Athos pediu a
171 demissão lá na hora, então o Prefeito nomeou não um Secretário, foi um interventor, até eu classifiquei no Jornal Estado de
172 Minas, um xerife, cumprindo a função de um xerife e como filho de classe operária, eu procuro o principal inimigo meu é o
173 FHC, depois eu procuro os outros. O conselheiro Antônio Carlos disse concordar com o conselheiro Garcia, de que ele é
174 um xerife, pelas coisas que ainda dizendo por aí sobre o funcionalismo da saúde, citou exemplo, na reunião da Câmara
175 convocada pelo Vereador Alexandre, onde o Secretário falou coisas contra o funcionalismo da saúde. Às 17:00 horas nada
176 mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada
177 pela presidente do Conselho e pelo secretário-geral. Belo Horizonte, 24 de agosto de 1999.
178 JOM/vld